

**BRASIL E AMÉRICA LATINA:
o desenvolvimento da relação e o conceito de identidade**

Natália Carvalho Ribeiro dos Santos¹

Universidade Paulista

RESUMO

Tomando por base a história da formulação do conceito de América Latina, quais as circunstâncias e prerrogativas de sua formação e difusão, pretende-se analisar como o distanciamento cultural entre o restante dos países latino-americanos e o Brasil, acaba por explicar e determinar aspectos da ação política brasileira tanto interna quanto externamente, por muitos anos. Torna-se por tanto essencial entender como se deu a aproximação do Brasil com a América Latina, porque a sociedade brasileira não se identifica culturalmente com o conceito de povo latino-americano e finalmente porque assumir uma identidade tipicamente latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Brasil; identidade cultural.

¹ Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Paulista
nataliacarvalhors@gmail.com

INTRODUÇÃO

Compreender o mundo, desbravar seus mares e explorar suas matas, catalogar sua fauna e flora, conhecer seus povos e nações e assim desvendar diversas línguas, religiões, culturas, torna-se relativamente mais fácil hoje do que o foi há seis séculos.

Até 1492 – ano em que Cristovão Colombo teria chegado ao Golfo do México, na América Central –, o que se conhecia cartograficamente, no que toca as terras e mares mundiais, compreendia os territórios continentais da Ásia, África, e Europa. Tal divisão foi elaborada por uma vertente cristã da Cosmologia, que assimilava cada um dos três continentes, respectivamente, a um filho de Noé – Sem, Cam e Jafé (QUENTAL, 2012). Assim, a noção de que existia um quarto continente, até esse dado momento, não se figurava. A realidade do continente americano revolucionou não apenas a política e a economia europeia, afluindo também o imaginário da época a respeito das extensões além-mar.

O termo América, como se sabe, foi concebido em 1507, em homenagem a Américo Vesúpcio, comerciante e navegador italiano, que percebeu que as terras encontradas por Colombo anos antes não se tratavam das Índias Ocidentais como creram, mais sim de uma região ainda desconhecida pelos europeus.

A implementação da região conhecida, agora, como América nos mapas-múndi dos próximos séculos, XVI e XVII, acabou por renomear terras e populações locais ali estabelecidas. Convém ressaltar que a região conhecida como América Latina hoje, até 1492 existia sob as denominações dos povos que ali habitavam. Nomes como *Abya-Yala*, *Tawantinsuyu* e *Anahuac* representavam não só a existência de povos locais e seus modos de vida, como denominavam o solo ao qual se firmaram (QUENTAL, 2012).

Mas não apenas o conceito América é inserido como sobreposição a outras designações e representações de mundo que os habitantes originários atribuíam aos seus espaços de vida. Com o advento da conquista e a incorporação de um quarto continente ao quadro de mundo cristão, “Índias Ocidentais” e “Novo Mundo”, duas outras formas como também foram batizadas as novas possessões coloniais de Espanha e Portugal, são inseridas no imaginário de mundo europeu e coexistem com a designação de América (QUENTAL, 2012).

A América e posteriormente a América Latina, é assim inventada/descoberta sob uma perspectiva particular, uma visão de mundo cunhada sob os desígnios geopolíticos de uma Europa cristã. São construções conceituais que implicam em seguimentos e imposições políticas, econômicas, étnicas, culturais, que só voltam a ser discutidas e reinventadas, sob um aspecto positivo, com as independências dos países americanos e fundamentadas por esforço de intelectuais e políticos das emergentes nações.

Sob esse contexto, considerando agora o recorte espacial latino-americano e objetivando compreender parte das implicações estruturais mencionadas, o presente estudo divide-se em três sessões nas quais: na primeira lançam-se suas bases apresentando a história do conceito de América Latina; na segunda sessão apresenta-se quando, como e porque o Brasil passa a se aproximar da América Latina, especialmente da América do Sul; e por fim na terceira analisa-se a construção de uma identidade latino-americana.

I. O CONCEITO LATINO-AMERICANO

Elaborar conceitos torna-se delicado, uma vez que ao formulá-los, estes se encontram inseridos, em um contexto histórico e social e representam as convicções, pensamentos e ideias ambientadas e ilustradas pelo mesmo. Os conceitos são valorativos, carregam consigo significados e sentidos que condizem com especificidades do contexto em que surgiram, e dos atores sociais que o criaram ou dele fizeram uso. Torna-se ainda mais complexo que esse dado conceito se ajuste para assim referenciar uma história contextual, que difira da sua, no que diz respeito às circunstâncias aplicadas.

Definir as origens reais do termo América Latina tem sido por várias décadas, convém até falar em séculos, deveras complexo e singular. Por muito tempo historiadores, cientistas políticos, economistas e acadêmicos das mais diversas áreas de estudo travam um embate semântico para desvendar a história, por trás dessa sentença. As expectativas, interesses e percepções específicas do

contexto em que surgiu, e quais os atores sociais que a criaram, dela fizeram uso e difundiram-na.

(...) Esse empenho é carregado de drama. As sucessivas gerações, desde fins do século XVIII até os nossos dias, o vêm sentindo, cada uma a seu modo, mas sempre sob a necessidade de se dar resposta aos desafios à autonomia de sua personalidade comum. Ou seja, à sua própria existência. Não saber como se chamar é algo maior do que não saber como se é; é não saber quem se é (FARRET; PINTO, 2011 apud. ARDAO, 1995).

É certo que desse embate a respeito da formação do termo América Latina um consenso se forma em torno da peculiaridade, do fato de ser recente e da delimitação da conjuntura histórica que o mesmo se firma.

Nasce, portanto, em meados do século XIX, na França, no governo de Napoleão III - sobrinho de Napoleão Bonaparte, Louis Napoleón torna-se presidente da segunda república em 1848 e proclama-se imperador em 1852, permanecendo no trono até 1871. Trata-se de um período de florescimento de ideias e mobilizações nacionalistas, sob a influência do Romantismo, movimento filosófico e literário, que se espalha por quase toda a Europa conquistando adeptos principalmente na Alemanha, França e Inglaterra (FERES JR., 2005).

Nesse contexto de ascensão nacional, floresce na França a doutrina do panlatinismo, que voga pela ideia de união de todos os povos de raça latina, evidentemente os franceses, italianos, portugueses e espanhóis, em oposição aos povos germânicos ou saxões que se fortaleciam. Essa união, porém, não dizia respeito à igualdade entre esses povos, uma vez que para seus ideólogos, a França deveria liderá-la, conduzindo assim os demais povos sob os seus desígnios. Como afirma Feres Jr. (2005) "(...) a França estaria na vanguarda da raça latina, e, portanto, deveria liderar as nações irmãs menos favorecidas à reconquista de um papel de proeminência na história da civilização humana (...)". Foi nesse ambiente cultural, de raças diferentes que competem entre si por um papel relevante na história mundial, que a ideologia romântica panlatina assume um caráter imperial, projetando que as ex-colônias ibéricas do continente americano se submetessem as influencias e dominação dos franceses (FERES

JR., 2005), em detrimento de uma submissão imperial dos Estados Unidos, que já davam a essa altura sinais de posicionamento em relação à região.

A ideologia panlatina, que já existia na França desde os anos 1830, ganhando força no governo de Napoleão III (o chamado Segundo Império, de 1852 a 1870), objetivava subjugar as nações hispano-americanas ao poderio francês, e ao mesmo tempo visava diminuir a área de atuação da política imperialista dos Estados Unidos. Seu ponto central era a aproximação cultural entre a França e as nascentes repúblicas de língua espanhola, a partir de uma união “latina” intercontinental, mas que obviamente teria a França como liderança (FARRET; PINTO, 2011).

A França serviu assim de panorama para as especificidades que motivaram e influenciaram o surgimento do conceito, mas a sua elaboração efetiva gera conflitos em torno de alguns teóricos da época, entre eles dois latino-americanos, que viviam na França, afloram os debates.

O que teria sido o primeiro uso do termo América Latina, se dá por um intelectual chileno de nome Francisco Bilbao (1823-1865), que vivia na França entre os anos 1855 e 1857 e que assim como muitos exilados sul-americanos propagava a união dos povos das repúblicas latinas, fazendo frente assim ao imperialismo ianque. O termo teria sido “criado” e usado durante um discurso dado em uma conferência em Paris em junho de 1856. Transcrito posteriormente sob o título de *“Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las Republicas”* encontra-se a seguinte afirmação: *“Pero la América vive, la América latina, sajona e indígena protesta, y se encarga de representar la causa del hombre (...)”* (FARRET; PINTO, 2011). Ressalvas são feitas quanto a esse uso inédito uma vez que: o sentido expresso pelo termo no discurso seria o de adjetivo e não o de substantivo; o fato de o autor não ter dado continuidade ao uso do termo no decorrer de sua fala, substituído assim por América do Sul; e a marginalização do autor dentro do ambiente acadêmico, são alguns argumentos que negam a sua precedência (Id., 2011).

A primazia do uso do termo América Latina é concedida assim a José Maria Torres Caicedo, jornalista, escritor, crítico e poeta colombiano, que residiu em Paris por quase toda vida adulta, mas que mantinha fortes laços com sua terra natal. O registro do seu uso data setembro de 1856 – três meses depois do

discurso de Bilbao na Conferência – no poema intitulado “*Las Dos Americas*” publicado no mesmo ano em Veneza (FERES JR., 2005), cujos versos seguem:

La raza de la América latina
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón

Apontado então como o formulador mais preciso, e um difusor assíduo da ideia por trás do termo, Caicedo, defendia uma integração confederada das repúblicas latino-americanas a formar uma resistência ao expansionismo territorial dos Estados Unidos, visto pelo colombiano como uma agressão (FERES JR., 2005). Ratificado pelo mesmo autor “A base dessa união seria a herança latina comum dos povos desses países, (...) que incluía não somente a língua espanhola e o catolicismo, mas também o republicanismo e a rejeição do sistema escravocrata”. Notadamente, a monarquia brasileira de fala portuguesa não se incluía no projeto idealizado por Caicedo.

Seu projeto de união latino-americana “previa um tratado regional de livre comércio e a aceitação por todos os países membros de direitos políticos e civis universais (...)” (FERES JR., 2005), e passou por tentativas de efetivação sem, contudo desenvolver-se institucionalmente. Tais tentativas formalmente se figuram como *Sociedad Latinoamericana Científico-Literaria* em 1868 e *Sociedad de la Unión Latinoamericana* em 1879, e eram compostas por intelectuais de vários países da América Espanhola, igualmente exilados (Id., 2005).

Vale ressaltar que a partir de 1856 o uso do termo América Latina passa a circular entre os intelectuais de maneira mais ativa e recorrente. Coube evidenciar aqui, porém, apenas a história por trás do termo e as evidências dos primeiros usos.

II. A APROXIMAÇÃO BRASILEIRA

O Império brasileiro, tido como “estável e civilizado”, encontrava-se até, meados da década de 80 do século XX, isolado do restante dos países do continente

americano, não apenas pela língua, geografia, história e cultura, mas também pela forma de governo adotado pelo país (BETHELL, 2010). A monarquia brasileira assumia estruturas sociais, econômicas e políticas fundamentadas em torno de um “ideal civilizacional europeu”, opondo-se a estrutura vigente no restante das Américas – repúblicas democráticas, firmadas por um ideal cidadão e pela ativa participação social, instauradas após as independências.

Apesar de terem em comum a herança ibérica e católica, o Brasil e a América Latina não se identificavam entre si. O Brasil monárquico via as repúblicas hispano-americanas como “extremamente instáveis, violentas e bárbaras”, e suas relações eram muito limitadas. Restringiam-se basicamente á disputas em torno da Bacia do Prata, onde por manifestações hegemônicas e pela manutenção do *status quo* brasileiro, foram travadas três guerras respectivamente:

A primeira contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, pelo controle da Banda Oriental (o que resultou na Independência do Uruguai), em 1825-8; a segunda contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas, fazendo aliança com a província argentina Entre Ríos e com o Uruguai, em 1851-2; e a terceira contra o ditador paraguaio Francisco Solano López, fazendo aliança com a Argentina e o Uruguai, a Guerra do Paraguai (1864-70) (BETHELL, 2009).

O advento republicano em 1889, que rompe com a condição estrutural brasileira regida a favor da Europa, modificando também as relações internacionais brasileiras desenvolvidas a partir de então, redefine, sob uma égide americanista, as prioridades do novo governo, que passa a se voltar para os vizinhos ao sul e principalmente para os Estados Unidos ao norte – que já assumiam o papel de principal parceiro econômico brasileiro, sustentado pela exportação cafeeira (CERVO, 2008).

A ideia americanista emerge paralelamente a esse cenário, sob duas perspectivas, essencialmente opostas, mas que convergem em um único ponto: o efetivo distanciamento da Europa e de seus padrões “civilizacionais”. A primeira, chamada de Pan-americanismo, promove uma integração dos países americanos, tendo os Estados Unidos como líder regional, reforçando as atividades comerciais e o seu investimento na região, de modo a “criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias” (BETHELL, 2009). A outra se forma a partir de ideólogos

latino-americanos – tendo como principal nome José Martí - em resposta ao pan-americanismo estadunidense e objetiva uma união entre as nações latino-americanas, que reforce a cultura, os modos de vida e as instituições políticas regionais, conhecida como *Nuestra America* (SANTOS, 2014).

De um modo geral, as propostas que buscavam um espaço de autonomia em relação às políticas estadunidenses tendiam a realçar as raízes culturais e mesmo raciais dos povos ameríndios, ou propor uma originalidade em relação ao Ocidente pela mestiçagem (...) (Id., 2014).

É certo que esse rompimento estrutural entre os países americanos e a Europa realçou não somente a ascendência dos Estados Unidos como potência hegemônica, assumindo o papel anteriormente desempenhado pela Inglaterra; como fortaleceu o discurso de uma identidade interamericana, demonstrada já nos movimentos independentistas, que “conceberam uma nova ideia de América: um continente distinto e superior à Europa, graças à diferença de instituições políticas” como afirma Santos (2014); e ainda condicionou o Brasil a repensar sob um novo ângulo, novas ações políticas quanto à região.

É nesse contexto de transformações geopolíticas, governamentais, econômicas e principalmente ideológicas, que o Estado brasileiro, agora republicano e tendo no comando do Ministério das Relações Exteriores o Barão do Rio Branco (1902-1912), volta-se para os Estados Unidos e América do Sul, ansiando “atender seus três principais objetivos: a definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional do país e a afirmação da liderança brasileira na América do Sul”, como ilustra Santos (2014). Busca-se dessa maneira: uma parceria estratégica de cunho político e econômico para com os Estados Unidos e quanto aos sul-americanos, busca-se necessariamente o estreitamento dos laços, promovendo uma nova política quanto aos vizinhos – diferentemente das outrora aplicadas e efetivadas sob o julgo da força.

Apertar os laços de simpatia que devem existir entre as *republicas sul-americanas*, fixando reciprocamente em suas relações os sentimentos de justiça, de lealdade, de confiança; procurar harmonizar todos os interesses legítimos, estabelecendo as bases para o maior efeito útil da divisão de trabalho; não perturbar a solução das questões de ordem externa ou interna em que qualquer uma delas esteja empenhada, é preferível a uma política de suposta ou possível aliança, mútua assistência ou pretenciosa proteção que, contrariando as leis naturais de expansão dos povos, criaria situações artificiais, efêmeras e, portanto aventureiras, senão de real perigo (SANTOS, 2014).

Esse alinhamento abrangendo o Cone Sul conseqüentemente fortalece a nova política brasileira com relação à região, enaltecendo o seu posicionamento no que concerne a “dimensão universalista de sua identidade internacional”.

Como manifesto simbólico dessa vertente ideológica brasileira, emergente, tem-se em fins da primeira década do século XX, mais precisamente em 1907, o início da negociação do já almejado Tratado ABC, entre Brasil, Argentina e Chile (SANTOS, 2014). O tratado que foi efetivamente firmado em 1915, prevenia que eventuais divergências fossem criadas entre os países envolvidos e reitera a vontade brasileira de aproximação para com seus pares, ainda em formação e por motivos que representam nada mais que sua hegemonia nacional.

[...] num impulso comum de amizade pelos dois países, de zelo pela tranquilidade e confraternidade continental, o Brasil, a Argentina e o Chile ofereceram os seus bons ofícios e os viram com prazer, bem aceitos pelas duas repúblicas interessadas, com aplausos das outras nações americanas e certamente de todas as potências. Essa obra de amizade, em que nos empenhamos, procurando evitar um conflito que, aos males que lhe são inerentes, acarretaria ainda o de empecer a política de confiante aproximação, que cada vez mais se acentua entre os países americanos, sem distinção de raças ou procedências, vai seguindo o seu curso, de êxito difícil, é certo, mas não impossível (SANTOS, 2014 apud. RMRE, 1913/1914).

III. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Pensar uma identidade tipicamente latino-americana é pensar uma identidade que condiga com as pluralidades desse subcontinente, que contemple seus nativos, os estrangeiros acolhidos, os antepassados que perseveraram e mantêm-se ainda presentes através dos povos que carregam seus costumes, crenças e modos de vida. Uma identidade que abarque as culturas de solo, enraizadas por lendas, músicas e arte, que não faça distinção de raça, gênero ou cor. É pensar uma identidade que registre como pertencentes á essa mista e vasta nação, todos os que se sintam verdadeiramente latino-americanos, com sotaques, jeitos e cores diversas. É almejar que a América Latina seja singular e plural em uma região que se forma para ser a mãe das diversidades – culturais, históricas, sociais, linguísticas.

Por muitos anos, diversas personalidades autóctones ou não, buscaram traçar uma identidade latino-americana que representasse as populações que ali se encontram, sem obter verdadeiro sucesso. Em cada tentativa, o ideal de uma América Latina unida em torno de um só corpo político-social, que possuísse uma cultura, modos de vida, religião e língua únicas, apareceu com mais ou menos intensidade. Acontece que os contextos que tais projetos emergiram, normalmente refletiam transformações bruscas na sociedade, em que os movimentos independentistas entre final do século XVIII início do XIX; as revoluções dos anos 1930, 1950, 1960 e 1970; as ditaduras militares implantadas; e os processos de redemocratização, são fieis exemplos que alimentavam e norteavam a noção de união e resistência diante da adversidade. Como ilustra Alvarez (2010) “a noção de identidade estava ligada anteriormente à concepção de um sujeito unificado”.

Simon Bolívar, Domingo Sarmiento e José Martí são três dos mais importantes pensadores latino-americanos, que articulam um discurso sobre uma identidade nativa, tomando como base a herança de um passado colonial, que na época os norteava. Todos eles pensam, primeiramente, a construção de uma identidade nacional, que se relacionava com o fator da integração entre os povos e também todos eles vão estender esse projeto para a supranacionalidade, ou seja, uma identidade que transcendesse a própria nação (ALVAREZ, 2010).

Ao final do século XIX duas correntes emergem pretendendo discutir uma identidade: o pan-americanismo estadunidense que busca uma integração não apenas latino-americana, mas de todas as Américas, sob o seu julgo e que destoasse e afastasse os padrões europeus impostos á muito na região; e a *Nuestra America* de José Martí, que entoava as diferenças regionais do território, enaltecendo a busca por valores próprios, que não estivessem submetidos nem as imposições hegemônicas estadunidenses nem aos padrões coloniais europeus. “Martí acreditava que a mestiçagem era a grande vantagem da América Latina, pois representava a condição de realização plena da igualdade humana”, ilustra Alvarez (2010). A partir de seus discursos, diversas tentativas de integração aconteceram entre o século XIX e a Segunda Guerra, sem, contudo serem bem sucedidas.

Bolívar entende as lutas pela independência como fator primário para a constituição da União Americana Livre que seria o projeto de solidariedade continental; Sarmiento e sua concepção dual enxerga primeiro a Argentina polarizada entre civilização e barbárie e depois também estende o conceito: haveria duas Américas, a civilizada e a bárbara; e Martí reformula a ideia de pan-americanismo, primeiro, a partir da clara confiança na capacidade emancipacionista de Cuba, e depois de cada uma das nações latino-americanas que formariam a "Nossa América" (ALVAREZ, 2010).

O debate tido em torno dessas duas correntes que se dispõem a promover identidades únicas, mais que diferem drasticamente uma da outra devido às características já apresentadas, realça uma questão primordial quando se pensa em identidade latino-americana: o reconhecimento do caráter plural do continente. Tal questão promove o surgimento de “um novo nacionalismo, baseado na ideia de uma *cultura nacional*, que seria a síntese da particularidade cultural e da generalidade política, da qual as diferentes culturas étnicas ou regionais seriam expressão”, realça Barbero (1997). Assim o fator identidade que sempre esteve atrelado a uma ideia unificadora, passa a partir da década de 1970, a considerar a multiplicidade sociocultural, ou seja, a integração em sociedade de etnias e grupos culturais, como essencial para se pensar uma identidade verdadeiramente latino-americana.

A riqueza da América Latina está em ser várias coisas simultaneamente – tantas, na verdade, que é um microcosmo no qual todas as raças e culturas do mundo coexistem. Cinco séculos após a chegada dos europeus a suas praias, serras e florestas, os latino-americanos de descendência espanhola, portuguesa, italiana, alemã, africana, chinesa ou japonesa são tão “nativos” ao continente quanto aqueles cujos ancestrais foram os antigos astecas, toltecas, maias, quéchuas, aimarás ou caraíbas. E a marca que os africanos deixaram no continente, onde vivem por cinco séculos, é onipresente: nas pessoas, língua, música, comida e até em certas formas de se praticar a religião. Seria um exagero dizer que alguma tradição, cultura ou raça deixou de contribuir para o vértice fosforescente de misturas e alianças diluídas em todas as ordens da vida latino-americana. Essa aglomeração é nosso maior patrimônio: ser um continente que não possui uma só identidade porque contém todas as identidades. E, graças aos seus criadores, continua se transformando a cada dia (ALVAREZ, 2010 apud. Llosa, 2008).

A identidade latino-americana firma-se num conjunto de diferenças, semelhanças e oposições, que rege e patrona as diversas interações estabelecidas no seu corpo social. Essa identidade não é estática, ela se adapta as mudanças que a cercam e aos povos que a ela se ligam. Ganha forma através de contextos sociais, interações culturais e étnicas, e intervalos históricos, nem sempre específicos, que lhe agregam valor e fortalecem. Seus conteúdos fundamentais e

suas funções desempenhadas têm um caráter histórico, cultural e essencialmente humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que apesar de ter surgido em um contexto que não é propriamente o seu, o conceito de América Latina floresce pelas mãos de seus próprios filhos – apesar das divergências quanto a quem realmente usou o termo pela primeira vez – cuja propagação e difusão do seu significado e da sua história devem-se a esses.

É certo que a aproximação brasileira aos latino-americanos, e especificamente os sul-americanos, a partir da sua emancipação imperial, sob o julgo republicano, ressalta-se dada a circunstancia histórica que demandava um posicionamento em prol da região, e apesar de o Brasil recém República, compartilhar de um receio inicial para com as repúblicas americanas, caracteriza-se, por conseguinte, como favorável, pois significava ao Brasil a chance de uma hegemonia regional, ao lado de Argentina, Chile e Estados Unidos, e conseqüentemente uma notoriedade internacional.

Quanto pensar uma identidade latino-americana é pensar uma identidade que condiga com as pluralidades desse subcontinente, considerando assim o seu passado vitorioso, com as lutas pela independência, o seu presente por vezes incerto, devido às políticas e ações que regem a região e almejando um futuro que contemple os povos pertencentes a essa terra e os muitos aqui firmados e acolhidos e as diversas culturas que se originam e integram-se regionalmente, é pensar na essência fluída, móvel e polissêmica, que ascende e consolida-se no território mais rico de diversidade em vigor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Des) Construção da Identidade Latino-americana: heranças do passado e desafios futuros. **Revista Intercâmbio**. 2010. Disponível em:
<https://2014.revistaintercambio.net.br/24h/conteúdo/visualiza_lo03.php?pag=;revistaintercambio;paginas;visualiza_lo03&cod=231>. Acesso em: 16 de março de 2017.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, n.44, p.289-321, jul-dez de 2009.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. **NOVOS ESTUDOS**. CEBRAP, n. 88, p.73-87, nov. de 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento e Identidade Latino-americana. **Revista Nossa América**. n.23, 2006. Disponível em:
<<https://memorial.org.br/revistaNossaAmerica/23/port/55-debate.htm#>>. Acesso em: 16 de março de 2017.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, 1985, p. 113-131. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2431226/mod_resource/content/1/CHEIBUB%2C%20Zairo_Diplomacia%20e%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%20O%20Itamaraty%20em%20Perspectiva%20Hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

DINIZ, Dilma C. B. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama: Revista de Estudos Românticos**. Belo Horizonte: v.12, p.129-148, dez. de 2007.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi: Revista de História**. Rio de Janeiro: v.12, n.23, p.30-42, jul-dez de 2011.

FERES JUNIOR, João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

QUENTAL, P. A. A latinidade do conceito de América Latina. **Revista Geographia**. Niterói: v.14, n. 27, p.21-45, 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014. 248 p. – (Coleção CAE).